Nota Breve 28/11/2022

Portugal · Excedente orçamental em outubro reduz face a setembro com medidas de apoio a famílias e pensionistas (ótica caixa)

Resumo

- **O saldo consolidado do conjunto das Administrações Públicas** (AP), na ótica de caixa, **ficou em cerca de 1.3% do PIB no acumulado até outubro**[1], o que compara com um défice de 3.7% do PIB em igual período de 2021 e +0.6% nos primeiros 10 meses de 2019. A melhoria face a 2021 resulta do crescimento substancial da receita (+14.7% homólogo), principalmente receita fiscal, e de um crescimento inferior da despesa (1.8%). Importa ter presente que a comparação com 2021 é marcada pelos efeitos da pandemia nas contas públicas.
- Por subsectores,
  - O **défice do Estado melhorou para 1.2% do PIB** até outubro (-4.6% até outubro 2021).
  - A **Segurança Social registou um excedente de 1.7%** (0.5% do PIB até outubro 2021).
  - A Administração Regional e Local, no conjunto, registaram um saldo positivo (0.3%, face a um saldo nulo no período homólogo).

Avaliação

- Os **dados consolidados da execução orçamental para os primeiros 10 meses do ano apontam para um excedente de 1.3% do PIB** (2,540 milhões de euros), o que compara com o défice de 3.7% em igual período de 2021 (-6,670 milhões euros) e com +0.6% do PIB em igual período de 2019, pré-pandemia (999 milhões de euros). Importa recordar que as contas públicas foram fortemente afetadas pelos efeitos adversos da pandemia em 2021, quer ao nível da arrecadação de receita, quer ao nível dos encargos com medidas de apoio às famílias e empresas. Esse impacto é agora menor do que no ano passado; de facto, estimamos que o peso das medidas COVID no PIB tenha atingido cerca de 1.5% do PIB[2] entre janeiro e outubro deste ano (2.9% em igual período de 2021).
- **A receita aumentou 14.7% homólogo** nos primeiros 10 meses (+10,618 milhões euros), principalmente explicado pela recuperação da receita fiscal (+7,527 milhões euros), de onde se destaca a receita de IVA (+3,005 milhões de euros) e IRC (+2,729 milhões de euros). Segue-se ainda o aumento das contribuições para a Segurança Social (+1,849 milhões de euros).
- **A despesa aumentou 1.8% homólogo até outubro** (+1,408 milhões de euros), um incremento superior ao que vinha a ser registado nos meses anteriores (-0.3% em média de janeiro a setembro). O aumento verificado deveu-se às medidas de apoio às famílias e pensionistas implementadas em outubro para fazer face à aceleração expressiva da inflação, visível no aumento das transferências correntes (896 milhões euros). De igual modo, a aquisição de bens & serviços continuou a aumentar de forma expressiva (675 milhões euros), justificado pela despesa com testes COVID e vacinas COVID. Por sua vez, realce para a redução dos encargos com juros (-352 milhões euros) e transferências de capital (-390 milhões de euros), devido a efeitos de base relacionados com as transferências para o Novo Banco.
- Os dados da execução para os primeiros 10 meses do ano apontam para um **saldo orçamental que pode ficar abaixo dos -1.9% do PIB esperados pelo Governo** (em contabilidade nacional) **e mais em linha com o défice antecipado pelo BPI Research (de 1.5%)**. No entanto, os riscos para a execução orçamental serão mais elevados no próximo ano, com a desaceleração expressiva da economia num contexto de crise energética, prolongamento do conflito Rússia-Ucrânia e persistência da inflação em níveis elevados (com

[1] De acordo com os nossos cálculos e considerando a previsão do BPI Research para o PIB em 2022.

[2] Para esta estimativa exclui-se algumas medidas incorporadas no quadro 3 – Medidas COVID-19 AP, divulgado pela DGO, e que não dizem respeito a custos relacionados com a pandemia, como os encargos com o programa Autovoucher ou o Programa de apoio a edifícios mais sustentáveis.

a necessidade de uma postura mais agressiva por parte do BCE). Este facto terá como consequência o aumento das taxas de juro soberanas, o que constitui um desafio à manutenção da consolidação das contas públicas no médio prazo (facto visível no incremento do encargo com juros esperado pelo Governo para o próximo ano, de 23.7%).

Execução Orçamental do total das Administrações Públicas

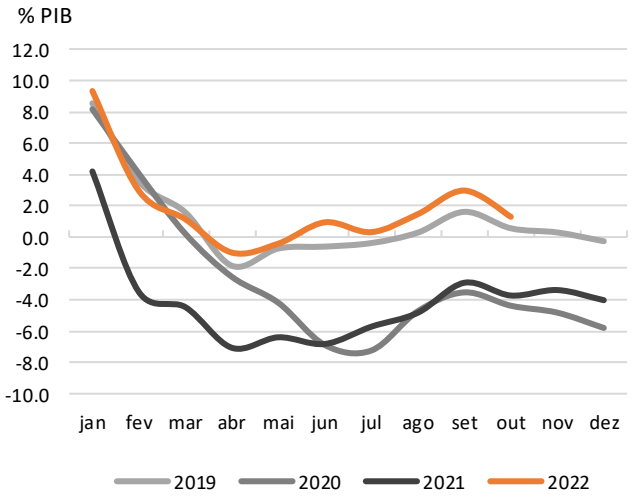
(Dados acumulados até outubro; % PIB, exceto quando mencionado outra medida)

janeiro-outubro	2019	2020	2021	2022	Var. 2022 vs 2019	Var.2022 vs 2021 (milhões euros)
Receitas	**40.4**	**40.3**	**40.5**	**42.2**	**1.8**	**10,618**
Receita Fiscal	23.4	23.2	22.7	24.4	1.0	7,527
Contribuições Seg.Social	10.1	10.8	10.8	10.8	0.7	1,849
Despesas	**39.8**	**44.7**	**44.2**	**40.9**	**1.1**	**1,408**
Despesas com pessoal	9.5	10.6	10.4	9.7	0.2	467
Transferências Correntes	17.0	19.7	19.5	18.1	1.1	896
Aquisição Bens e Serviços	5.6	6.1	6.0	5.8	0.2	675
Juros	4.2	4.3	3.7	3.2	-1.1	-352
Investimento	1.9	2.3	2.6	2.4	0.5	78
Saldo Orçamental	**0.6**	**-4.4**	**-3.7**	**1.3**	**0.7**	**9,210**

Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGO.

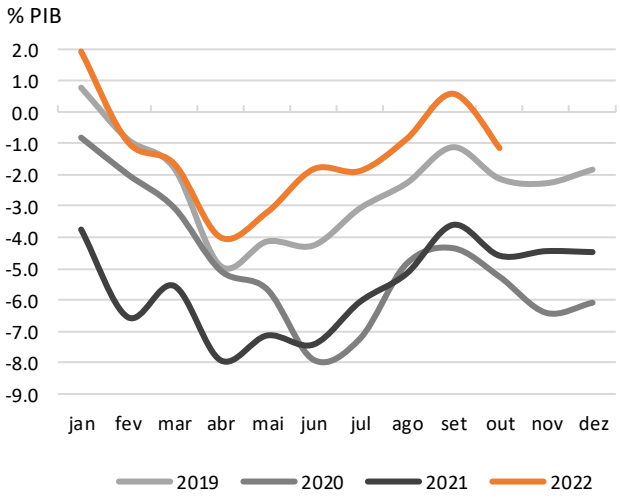
Saldo Orçamental por Subsectores

Saldo Orçamental das Administrações Públicas



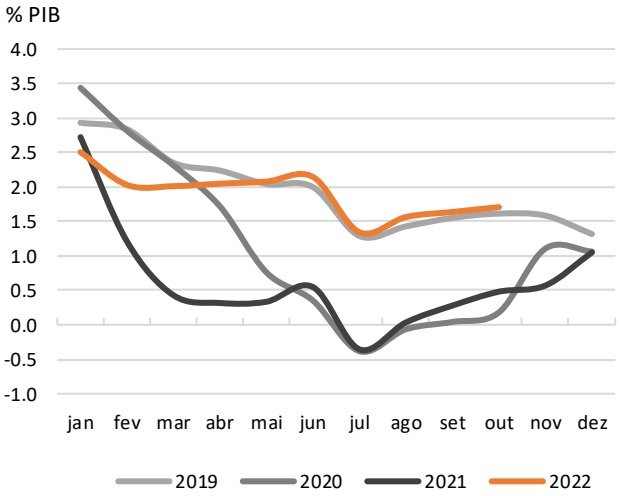
Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGO.

Saldo Orçamental do subsector Estado



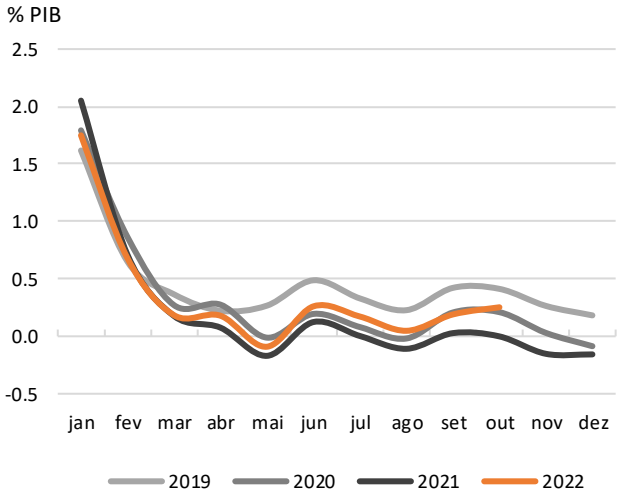
Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGO.

Saldo Orçamental da Segurança Social



Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGO.

Saldo Orçamental da Adm. Regional e Local



Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGO.

Banco BPI, SA - 2022
Vânia Duarte, BPI Research
e-mail: vania.patricia.duarte@bancobpi.pt

AVISO SOBRE A PUBLICAÇÃO "NOTA BREVE"

A "Nota breve" é uma publicação elaborada em conjunto pelo BPI Research (UEEF) e o CaixaBank Research, que contém informações e opiniões provenientes de fontes que consideramos fiáveis. Este documento possui um propósito meramente informativo, pelo qual o BPI e o CaixaBank não se responsabilizam em caso algum pelo uso que possa ser feito do mesmo. As opiniões e as estimativas são próprias do BPI e do CaixaBank e podem estar sujeitas a alterações sem prévio aviso.